



Processo e Documentos de Prestação de Contas

Nº de Empresas/Sector	Mês da prestação de contas					Total
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	
Agricultura	-	4	-	-	-	4
Comércio	-	1	-	-	-	1
Comunicação Social	3	2	-	-	-	5
Conselho de Ministros	-	1	-	-	-	1
Cultura	-	1	-	-	-	1
Defesa Nacional	-	-	1	-	-	1
Economia	1	1	-	-	-	2
Energia e Águas	-	2	3	1	-	6
Finanças	1	2	1	-	-	4
Geologia e Minas	1	1	-	-	-	2
Gov. Provincial de Luanda	-	-	-	1	-	1
Indústria	-	-	-	1	-	1
Pescas	-	-	-	-	1	1
Petróleos	-	1	-	-	-	1
Segurança Social	-	1	-	-	-	1
Telecomun. e Tecn. De Inf.	1	1	-	-	-	2
Transportes	4	8	-	2	1	15
Urbanismo e Construção	-	3	1	1	-	5
Total	11	29	6	6	2	54
Total	20%	54%	11%	11%	4%	100%

Prestação de Contas/Mês

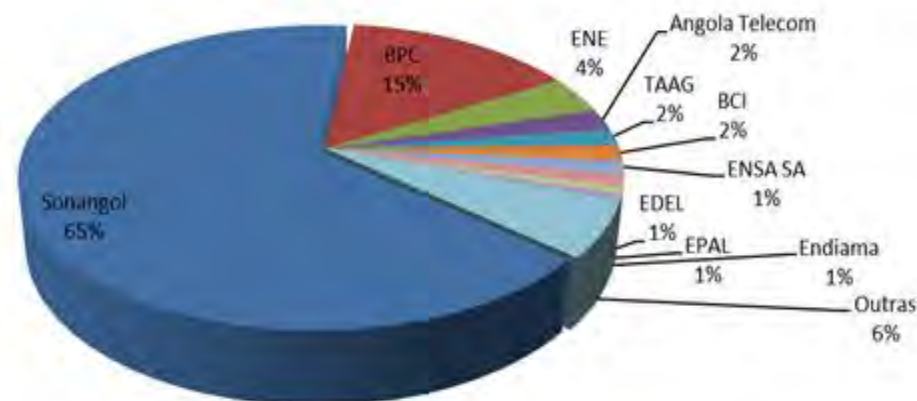




ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEP – ACTIVOS

- Valor global dos activos – 6.207.782 MKZ (62.078MUSD):
 - 66% – Petróleos,
 - 19% – Finanças (Banca e Seguros),
 - 6% – Energia e Águas,
 - 4% – Transportes,
 - 2% – Telecom. e Techn. de Informa. e
 - 1,4% – Comunicação Social;
 - Restantes sectores – Activos com menos de 1% dos agregados globais;

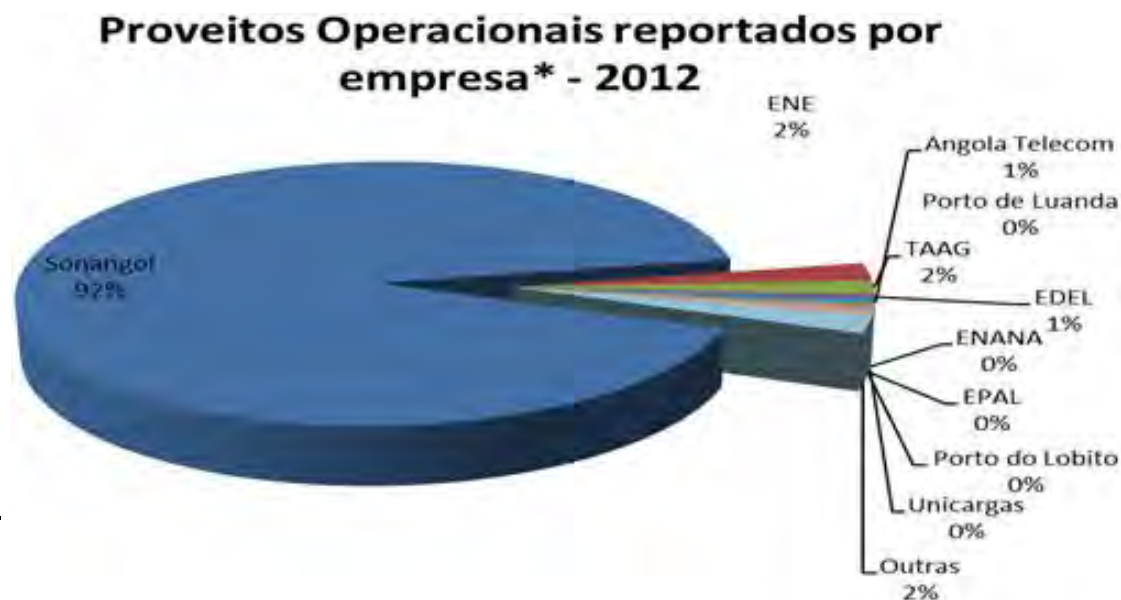
Distribuição do Activo por empresas - 2012





ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEP – PROVEITOS OPERACIONAIS

- Valor global dos Proveitos Operacionais – 3.537.798 MKZ (35.378MUSD):
 - 91,5% – Petróleos,
 - 3,5% – Transportes,
 - 3,2% – Energia e Águas
 - Restantes sectores – Activos com menos de 1% dos agregados globais;

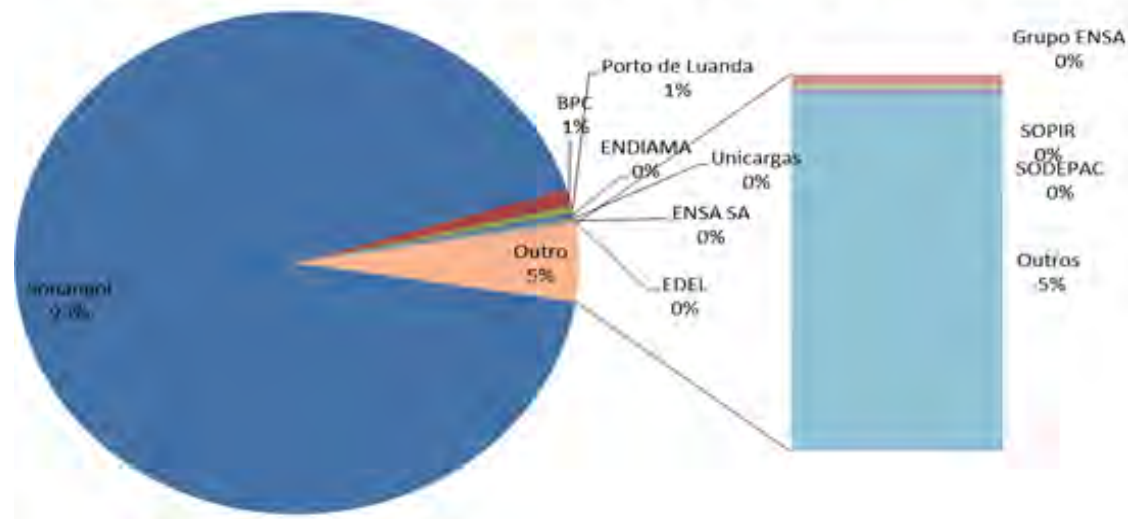




ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEP – RESULTADO LÍQUIDO

- Valor global dos Resultado Líquido – 626.354MKZ (6.264MUSD):
 - ❑ RL Petróleos > RL SEP →(102%)
 - ❑ Restantes sectores:
 - RL>0 → 5 Sect. (1,11% do RL SEP)
 - RL<0 →8 Sect. (-3,5% do RL SEP)

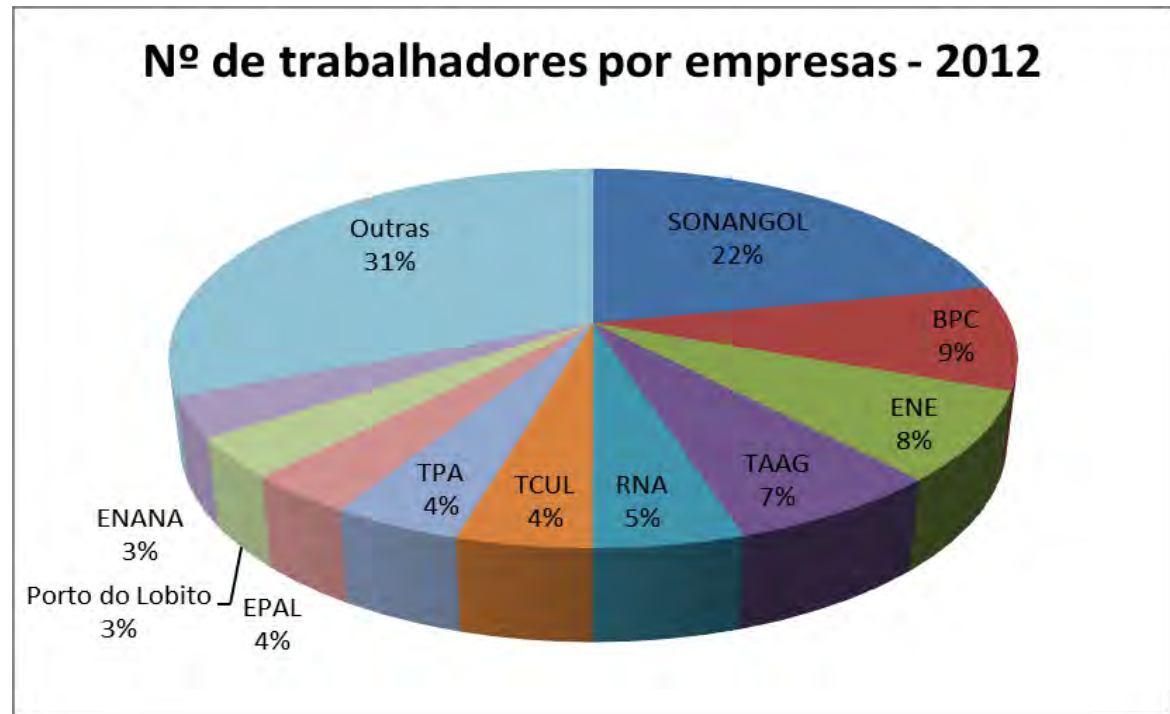
Resultados Líquidos reportados por empresa - 2012





ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEP – FORÇA DE TRABALHO

- Total da força de trabalho – 53.680 trabalhadores;
 - 73% – Homens
 - 27% – Mulheres





ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEP – ÓRGÃOS SOCIAIS

- Total de Membros dos Órgãos Sociais – 220 membros;
 - 83% – Homens
 - 17% – Mulheres

#	Empresa com mais membros nos órgãos de Gestão	Total Membros Órgãos Gestão	%
1	SONANGOL - Sociedade nacional de Combustíveis de Angola, E.P.	11	5,00%
2	ANGOP - Agência Angola Press	10	4,55%
3	RNA - Rádiodifusão Nacional de Angola, E.P.	10	4,55%
4	EDIÇÕES NOVENBRO, E.P.	9	4,09%
5	TAAG - Linhas Aéreas de Angola, E.P.	9	4,09%
6	TPA - Televisão Pública de Angola	7	3,18%
7	EPL - Empresa Portuária de Luanda, E.P.	7	3,18%
8	EPN - Empresa Portuária do Namibe, E.P.	7	3,18%
9	ENANA - Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea, E.P.	7	3,18%
10	EPL. - Empresa Portuária de Lobito, E.P.	6	2,73%



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEP – ÓRGÃOS SOCIAIS (Cont.)

- Total da Participação Feminina nos Órgãos Sociais – 37 membros;

#	Empresas Com maior representação Feminina nos Órgãos de Gestão	Total Mulheres nos Órgãos Gestão	%
1	SONANGOL - Sociedade nacional de Combustíveis de Angola, E.P.	3	8,11%
2	ANGOP - Agência Angola Press	2	5,41%
3	EDIÇÕES NOVEEMBRO, E.P.	2	5,41%
4	EDEL, E.P. - Empresa de Distribuição de Electricidade	2	5,41%
5	BPC - Banco de Poupança e Crédito, S.A.	2	5,41%
6	ENSA - Seguros de Angola, SA	2	5,41%
7	ENAD – Escola Nacional de Administração	2	5,41%
8	ENCTA-Empresa Nacional dos Correios e Telégrafos de Angola- E.P.	2	5,41%
9	Grupo ENSA, Investimentos e Participações, E.P.	2	5,41%



Processo e Documentos de Prestação de Contas (Principais Inconformidades)

Inconformidade	Total	%
Não apresentação da Demonstração de Origem de Aplicação de Fundos (Demonstração de Fluxos de Caixa)	15	16%
Não apresentação do parecer do conselho fiscal	7	8%
Não apresentação da carta de recomendações do Auditor Externo	27	29%
Inexistencia de Notas Explicativas em conformidade com o PGC (insuficiencia de detalhes)	10	11%
Falta de evidencia da aprovação das Demonstrações Financeiras (Assinaturas)	12	13%
Inexistencia de Relatório de Auditor Externo	7	8%
Apresentação de Relatório de Actividades com insuficiencia de Informação	3	3%
Não apresentação do Relatório de Actividades	3	3%
Versão preliminar do Relatório de Actividades	1	1%
O Relatório de Auditoria apresentado não se conforma com as normas técnicas de auditoria geralmente aceites	2	2%
Versão preliminar do Relatório e Contas	4	4%
Os documentos apresentados não se conformam com o estipulado na lei 9/95 de 15 de Setembro- Lei das empresas públicas pelo que não serão tratadas no âmbito do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2012.	1	1%
Apresentação do Relatório de auditoria Externa de uma entidade independente não conceituada;	1	1%
Total	93	100%



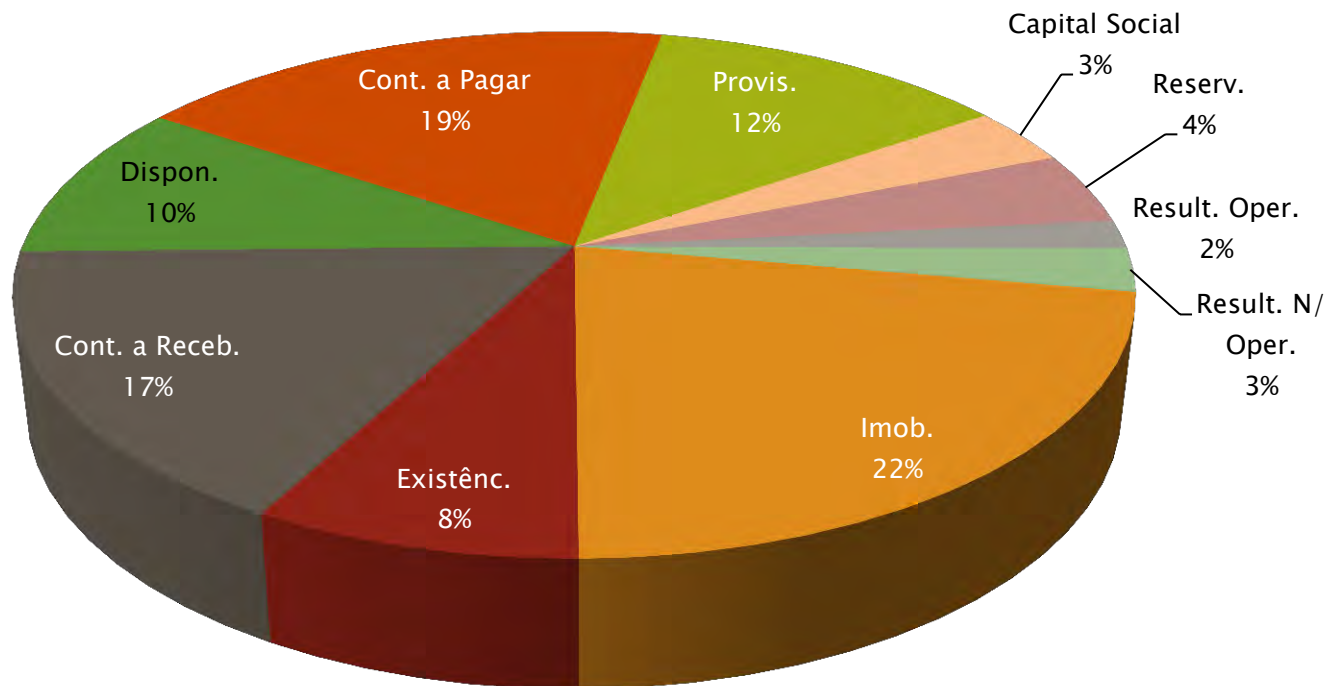
Processo e Documentos de Prestação de Contas (Decisão)

Tutela Sectorial	Decisões			Total
	Homologação/ Aprovação sem reservas	Homologação/ Aprovação com reservas	Não Homologação/ Aprovação	
Administração Pública, Trabalho e Segurança Social	-	1	-	1
Agricultura	-	2	2	4
Comercio	-	-	1	1
Comunicação Social	-	4	1	5
Construção	1	-	3	4
Defesa Nacional	-	-	1	1
Economia	1	-	1	2
Energia e Águas	1	3	2	6
Finanças	-	1	3	4
Geologia e Minas	-	2	-	2
Petróleos	-	1	-	1
Secr. do Conselho de Ministros	-	1	-	1
Telecom. e Tecn. de Informação	-	-	2	2
Transportes	-	9	6	15
Total	3	24	22	49
% do total	6%	49%	45%	100%



Processo e Documentos de Prestação de Contas (Principais Reservas reportadas)

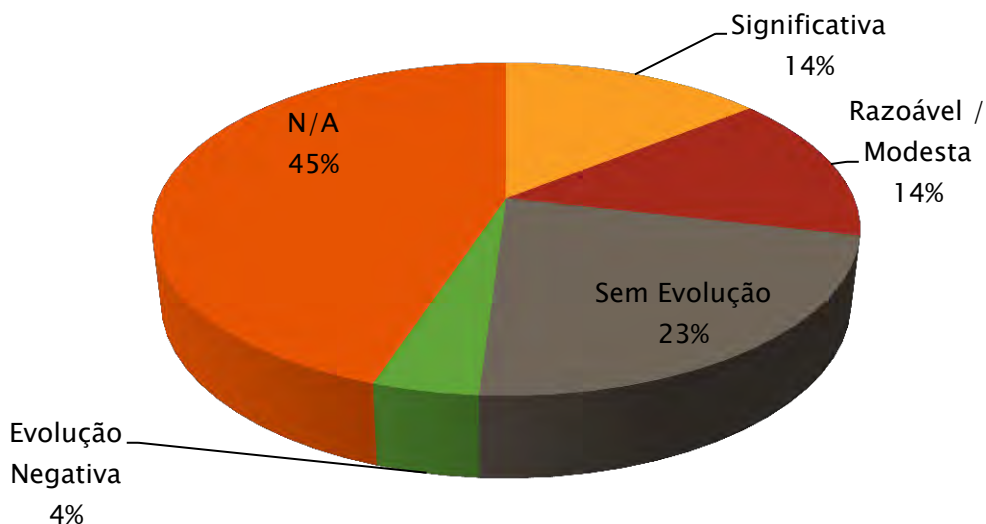
Total de ocorrências





Processo e Documentos de Prestação de Contas (Evolução do Trabalho de Eliminação de Reservas)

**Evolução da Eliminação de
reservas**



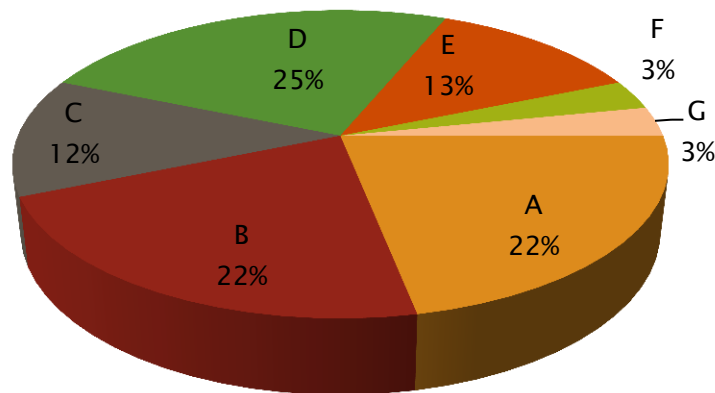
Empresas com maior índice de eliminação de reservas :

- TAAG,
- CFB,
- ABAMAT,
- Imprensa Nacional,
- BPC,
- INSTAL e
- SOPIR



Processo e Documentos de Prestação de Contas (Principais razões para a Não Homologação das Contas)

Causas de não homologação/Aprovação das contas



Legendas:

A – N^o significativo de reservas

B – Pouca ou nenhuma evolução significativa na eliminação das reservas

C – Os factores (de causa) subjacentes a maior parte das reservas levantadas pelo auditor estão sobre o controlo do órgão de gestão da empresa

D – Questionamento sobre a garantia prestada pelo auditor externo, relativamente à fiabilidade da informação reportada nas DF's e à sua conformidade face ao referencial contabilístico angolano.

E – Inexistência de auditoria externa, nos termos da exigência estabelecida no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto n.º 38/00, de 6 de Outubro.

F – Existência de discrepâncias significativas entre as demonstrações financeiras aprovadas pelo Órgão de gestão da empresa e àquelas sobre as quais incidiu o trabalho de auditoria externa;

G – O Conselho Fiscal, no seu parecer, considerou não estar em condições de afirmar que as DF's da empresa apresentam de forma apropriada e verdadeira em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa.



Processo e Documentos de Prestação de Contas (Universo de empresas que não prestou contas)

Situação operacional	Nº de empresas	%
Activa	7	19%
Actividade Residual	14	39%
Desconhecida	6	17%
Em fase de recuperação da sua capacidade	1	3%
Paralisada	8	22%
Total	36	100%



METAS E OBJECTIVOS PARA O SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO INSCRITOS NO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2013-2017

Indicadores dos Objectivos						
Indicadores	Ano de Base	Metas				
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Melhoria do desempenho económico e financeiro das empresas do SEP						
1. Aumento da produtividade	93 ¹ MKz	10%-20%	20- 30%	30-50%	30-50%	30-50%
2. Aumento da rentabilidade dos capitais investidos	18 ¹ %	5-20%	5-20%	5-20%	5-20%	5-20%
3. Aumento da cobertura geográfica dos serviços e produtos (penetração/ acesso/disponibilidade)	N.D.	20%	20%	20%	20%	20%
4. Redução dos apoios financeiros prestados pelo Estado	290.550 MKz	5-10%	15-20%	25-30%	50%	50%
Melhoria do nível e qualidade do processo de prestação de contas, por parte das empresas do SEP:						
5. Aumento do nível de prestação de contas	59 ¹ %	80%	100%	100%	100%	100%
6. Redução do nível de não conformidades dos documentos e processo de prestação de contas	82 ¹ %	50%	50%	100%	100%	100%



PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE MELHORIA DO SEP

#	Domínio	Desafios	Oportunidades de Melhoria
1	Governança Pública (Política)	Coordenação da intervenção do poder político (executivo) nos diferentes domínios da vida das empresas do sector, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none">• Nomeação dos órgãos de gestão e de fiscalização;• Estabelecimento da missão (papel), metas e objectivos;• Acompanhamento da actividade operacional;• Regulamentação da actividade em que se insere a operação da empresa• Despesas quasi-fiscais	<ul style="list-style-type: none">• Implementação de plataforma de conciliação/coordenação, periódica, dos diferentes objectivos do Estado/Executivo nas empresas do sector;• Necessidade de actualização/clarificação das atribuições e os limites (grau) de intervenção dos diferentes órgãos do Executivo nas empresas em referência;• Revisão/formalização e implementação de políticas de taxas e tarifas para determinadas empresas/sectores;• Elaboração/revisão de políticas para determinadas empresas/sectores;• Maior e melhor disponibilidade de serviços básicos (ex.: energia e água) aos cidadãos;• Aprovação dos regimes especiais de incentivos para empresas sediadas na ZEE Luanda-Bengo.
		Remunerações e incentivos para os órgãos de gestão e fiscalização das empresas do sector	<ul style="list-style-type: none">• Concepção e implementação de uma política remuneratória e de benefícios sociais para os membros dos órgãos de gestão e fiscalização das empresas do sector
		O papel das empresas do sector para execução da estratégia pública de desenvolvimento socio-económico do país	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de se estabelecer e/ou clarificar o papel de cada uma das empresas na execução da estratégia pública de desenvolvimento socio-económico do país
		Representação feminina nos órgãos de gestão e fiscalização das empresas do sector	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecimento de políticas, metas e objectivos de referentes a representatividade do género nos órgãos de gestão e fiscalização das empresas do sector



PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE MELHORIA DO SEP (Cont.)

#	Domínio	Desafios	Oportunidades de Melhoria
2	Governança Corporativa	Eficiência e eficácia no funcionamento dos órgãos de gestão e de fiscalização	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de se clarificar, o papel dos órgãos de gestão e de fiscalização das empresas;• Necessidade de se clarificar as competências dos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização das empresas;• Necessidade de equilíbrio das competências (conhecimentos, actitudes e comportamentos) e valências dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização das empresas• Formalização e implementação de critérios, processos e procedimentos de identificação e recrutamento e/ou admissão de quadros competentes para os órgãos de gestão e fiscalização das empresas.• Formalização e implementação de mecanismos (processos e procedimentos) de avaliação do funcionamento dos órgãos de gestão e fiscalização das empresas.• Celebração de contratos-programa com os órgãos de gestão das empresas.



PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE MELHORIA DO SEP (Cont.)

#	Domínio	Desafios	Oportunidades de Melhoria
3	Estratégia	Modelo de negócio e estratégia empresarial	<ul style="list-style-type: none">• Revisão/redifinição/clarificação dos modelos de negócio das empresas do sector;• Revisão/redifinição estratégica no sentido (i) da sua orientação para o atendimento das necessidades e exploração das oportunidades proporcionadas pelo mercado (interno e externo), (ii) alinhamento com os objectivos e metas da política de desenvolvimento sectorial (desempenho económico, social e ambiental), em particular, e do país, em geral e (iii) optimização dos recursos e infra-estruturas detidos e controlados pelas empresas• Desenvolvimento endógeno de tecnologia (Investigação tecnológica), para o sector petrolífero.
4	Operações	Sustentabilidade das Operações	<ul style="list-style-type: none">• Aplicação das medidas propostas em 3;• Reestruturação das empresas que por razões estratégicas deverão permanecer na esfera de controlo do SEP, de molde a assegurar, tanto quanto possível, o autofinanciamento das operações;• Liquidação, extinção e privatização de empresas que, por razões estratégicas não mais deverão permanecer na esfera de controlo do SEP



PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE MELHORIA DO SEP (Cont.)

#	Domínio	Desafios	Oportunidades de Melhoria
5	Contabilidade e Prestação de Contas	Prestação de contas pelo universo de empresas que integram o sector	<ul style="list-style-type: none">• Apoio material, financeiro e institucional para o reforço do processo de prestação de contas das empresas do sector;• Formalização de penalizações e sanções pela não prestação de contas ou incumprimento da legislação a este respeito;• Normalização da contabilização de transacções e outros eventos entre o Estado e as empresas do Sector, especificamente, (i) Investimentos Públicos, (ii) Subsídios e (iii) transferências de capital.• Normalização Contabilística da Consolidação de Contas
		Qualidade (fiabilidade) da informação reportada nas demonstrações financeiras das empresas que integram o sector	
		Contabilização de transacções e outros eventos entre o Estado e as Empresas do Sector	
6	Conformidade Legal	Cumprimento da legislação e regulamentação a que as empresas estão sujeitas	<ul style="list-style-type: none">• Regularização dos órgãos sociais (gestão e fiscalização) das empresas;• Regularização da situação jurídica de empresas.